

Não parece que foi ontem. Mas foi.

Categories : [Marcos Sá Corrêa](#)

Na escola estadual Parigot de Souza, a professora Adriana Marshall Tavares abre os envelopes vindos dos baús de parentes nos cafundós de Goiás e, em São Miguel do Iguaçu, a mesa da diretoria logo fica pequena para tanta fotografia despejada no tampo de fórmica.

As fotos têm legendas, que a própria Adriana colou em suas bordas seis anos atrás. São tiras supérfluas de papel amarfanhado, porque ela e seu tio, o diretor Jaime Emir Bogorni, sabem tudo de cor. Reconhecem de cara, por exemplo, o motorista Elmo Buche, que dirigia, uniformizado e de gravata, o único ônibus da linha intermunicipal a trafegar diante de sua casa na infância. Dão nomes aos jovens que empunham canecos de chope no Clube Aliança Três Fronteiras, “a nossa Oktoberfest”. E ao time de futebol.

Nas imagens meio desfocadas e de cores esmaecidas está o dia-a-dia de quatro núcleos coloniais no Oeste paranaense. Há, por exemplo, o flagrante noturno de caçadores prestes a tirar o couro de uma onça pintada, morta nos fundos de casa. Um grupo de crianças posando em torno do veado mateiro pronto para virar carne. E um velho caminhão quase esmagado pelo tronco descomunal que carrega para “a serraria do Alberto Matte”.

Tudo isso aconteceu entre as décadas de 1960 e 1970 no Parque Nacional do Iguaçu. Atenção ao detalhe: dentro do Parque Nacional do Iguaçu. Vinte e um anos depois de sua criação, ele foi loteado por um advogado de Foz do Iguaçu, chamado Gaspar Coutinho. Seus agentes imobiliários andaram vendendo terras até no Rio Grande do Sul.

Os novos proprietários chegaram com os títulos na mão e uma desconfiança na cabeça. Seriam regulares aqueles lotes comprados num parque nacional? O cartório de São Miguel garantiu que sim. E registrou-os. O vigário José Gaertner sugeriu que o primeiro núcleo se denominasse São José do Iguaçu, batizado à “sombra de uma enorme figueira na mata”. Rapidamente se juntaram ao povoamento os vilarejos de Dois Irmãos, Santo Alberto e São Luiz.

E o loteamento prosperou. Em 1969, a prefeitura dotou Santo Alberto de uma escola com quatro salas de aula, num grande prédio de madeira, com espaço “para mais de 100 alunos”. No ano seguinte, oficializou a colonização como Núcleo Administrativo. E a câmara de vereadores providenciou-lhe a rede elétrica e o posto de saúde. Eram, em pouco tempo, cidades pioneiras em acelerado processo de consolidação.

Já funcionavam nos arruados de terra farmácia, açougue e dentista, quando do céu caiu sobre os colonos a sombra de um monomotor, voando baixo, para a tomada de fotos aéreas. Com ele chegou a notícia de que o governo federal queria de volta aquele pedaço do parque, que os moradores haviam adquirido, com a papelada aparentemente em ordem. Naquele momento, o Iguaçu passava, sob a coordenação da engenheira agrônoma Maria Tereza Pádua, um processo tardio de regularização fundiária, feito com todos os cuidados para livrá-lo, de uma vez por todas, de contestações e disputas judiciais.

Indenizados, os proprietários foram transferidos, a contragosto, para três novos povoamentos, do outro lado de São Miguel do Iguaçu, nas margens do rio Ocoí. Ali, seus lotes teriam, em princípio, o dobro do tamanho. Mas, em média, 60% de sua área estavam previamente destinados à inundação iminente pelo reservatório de Itaipu. O novo endereço era ainda um lugar de matas virgens. Mas a mata que sobrou já não estava tão disponível quanto antes à serra e ao fogo, tradicionais instrumentos desbravadores da fronteira agrícola. Pelo menos um dos reassentados foi parar na cadeia por queimar seu naco de floresta. Os núcleos do Ocoí vingaram como bairros. Sua vocação agrícola ficou pelo caminho.

Adriana nasceu em Santo Alberto há 36 anos. Saiu aos dez meses da casa de madeira e chão de cimento que a família Bogorni construiu. Da construção resta hoje a escada da varanda, que Adriana só voltou a pisar três décadas depois, cercada de mato por todos os lados. Posou para uma fotografia no mesmo ponto onde aparece num retrato antigo, ainda aprendendo a andar, sobre o piso de vermelhão. Santo Alberto virou precocemente um sítio arqueológico, com poços, túmulos azulejados e vasos de samambaia tragados pela selva, no melhor estilo das imemoriais ruínas maias. Em 2004, a professora restaurou o que sobrava das quatro cidades mortas nas lembranças e nos guardados de seus antigos moradores. O trabalho, com entrevistas gravadas em vídeo e pesquisas de campo, exigiu um mutirão de várias escolas. Três delas racharam as despesas, orçadas ao todo em 120 reais. O resultado foi exposto e visitado em 2004. Depois, engavetou-se novamente. Adriana passou todos esses anos sem revê-lo. Todo esse trabalho brotou, por iniciativa própria, de uma pesquisa que ela precisava fazer sobre a região, como formalidade para a conclusão de um curso de educação ambiental que fez na escola do Parque Nacional do Iguaçu. A descrever impessoalmente um lugar qualquer, ela preferiu ir atrás de sua própria história. E constatou, com olhos de adulta, que mesmo as piores recordações de uma crise familiar tem dois lados.

Ao rever as fotografias, ela lamenta ambas as perdas – as próprias e as do parque. Tudo isso por 120 reais deve ser o maior investimento ambiental que já se fez no Oeste paranaense com orçamento esquelético. Se os municípios das regiões fizessem apostas semelhantes, na certa se

livrariam de seus mais renitentes fantasmas, como a Estrada do Colono. Neste ano eleitoral, ela ensaia mais uma vez um movimento político de ressurreição, para abocanhar um naco do Iguaçu, um parque nacional que, caso raro no Brasil, enterrou há mais de duas décadas todas as suas encrências legais ou fundiárias. Debates intermináveis como esse só podem ser resolvidos à luz da história e não à sombra de velhas lendas.